



## ANÁLISE DO DESENVOLVIMENTO DA MORADIA ESTUDANTIL - FURG A PARTIR DE 2020

Fernanda Pohlmann - UC\*,

Keli Avila - FURG<sup>†</sup>

**Resumo:** O presente artigo busca examinar a promoção da equidade dentro da Universidade, que acontece através de ações específicas para atendimento aos estudantes, sobretudo grupos específicos como indígenas e quilombolas. As ações de Assistência Básica abrangem alimentação, moradia, transporte, auxílio creche, etc. Na FURG, a PRAE realiza a gestão dessas promoções. Neste trabalho, pretendemos realizar uma análise sobre a inscrição e admissão na Moradia Estudantil para indígenas e quilombolas, a partir dos editais específicos existentes e obter resultados sobre o processo de desenvolvimento destas políticas, através da quantidade de moradores indígenas e quilombolas existentes na moradia estudantil a partir de 2020. Para tanto, observaremos os requisitos básicos para que os estudantes possam se adequar ao perfil de moradores e quais lacunas encontram na prática. Além disso, questionaremos sobre eventuais mudanças que se fazem necessárias para atingir o fim da política pública e ação afirmativa. Portanto, a questão da moradia estudantil, sobretudo direcionadas aos indígenas e quilombola, ressignifica alguns comportamentos e normas já pré-estabelecidas justificando a importância desse trabalho. A análise dos dados acontecerá por meio da estatística descritiva simples, com medidas de frequência. O local do estudo é o município de Rio Grande – RS na FURG.

**Palavras-chave:** Estudantes; Moradia; Política pública e Ação afirmativa.

\*Doutoranda em Direito Público da Faculdade de Direito pela Universidade de Coimbra.

†Doutoranda em Educação em Ciências pela Universidade Federal do Rio Grande- FURG.

Parceria:



Apoio:





**Abstract:** This article seeks to examine the promotion of equity within the University through specific actions to assist students, especially specific groups such as indigenous people and quilombolas. Basic Assistance actions cover food, housing, transportation, preschool, etc. At the Federal University of Rio Grande, PRAE manages these promotions. In this work, we intend to carry out an analysis of registration and admission to Student Housing for indigenous people and quilombolas, the based on existing specific notices and obtain results on the process of development of these policies, through the number of indigenous and quilombolas existing in student housing as of 2020. To this end, We will observe the basic requirements so that students can adapt to the profile of residents and what gaps they find in practice. Furthermore, we will ask about any changes that are necessary to achieve the goal of public policy and affirmative action. Therefore, the issue of student housing, especially aimed at indigenous and quilombola communities, gives new meaning to some already pre-established behaviors and norms, justifying the importance of this work. Data analysis will be carried out using simple descriptive statistics, with frequency measurements. The study location is the municipality of Rio Grande – RS in FURG.

**Keywords:** Students; Home; Public Policy and Affirmative Action.

Promoção:



Apoio:





## INTRODUÇÃO

O presente artigo teve como ponto de partida as discussões realizadas no âmbito da PRAE enquanto atuávamos como servidoras que lidavam cotidianamente com as políticas públicas. Através da concepção de que as políticas públicas estão intimamente ligadas com os direitos das minorias. O questionamento e problematizações trazidas sobre esse tema nos permitiu produzir uma reflexão conectada com a produção teórica sobre políticas voltada a esses grupos. A busca por soluções para os problemas encontrados na efetivação dos direitos vem acompanhada de dificuldades no acesso às próprias políticas públicas, sobretudo ao respeito pela diferença cultural, conforme demonstraremos através da interpretação dos dados contidos ao longo deste artigo.

Neste trabalho abordaremos a definição de Políticas Públicas. Para uma melhor compreensão será demonstrado os resultados da coleta a análise de dados, nos fazendo refletir sobre o papel das ações afirmativas. De que forma as políticas públicas podem garantir os direitos das minorias? Como garantir equidade e permanência dentro da Universidade ?

Num segundo momento, debateremos sobre políticas públicas e a agregação das ações afirmativas no Brasil. Desmitificando o descrédito da população com tais ações, e os resultados apresentados nos farão refletir sobre isso. Além disso, abordaremos o "reconhecimento de injustiças históricas" e o espaço conquistado por esses povos até o presente momento. Explicitaremos a forma pela qual os cursos são escolhidos, quais cursos são escolhidos anualmente e a mudança dos cursos de um ano pra outro, quantas vagas foram preenchidas e o motivo.

Ainda realizaremos questionamentos acerca dos editais, cultura dos indígenas e quilombolas, vulnerabilidade social e consequentes problemas de saúde mental que tantas mudanças podem acarretar. Demonstraremos problemas encontrados na efetivação do direito juntamente da dificuldade no acesso às próprias políticas.

No terceiro capítulo veremos a promoção do desenvolvimento pleno do estudante como objetivo da FURG, e o apoio ofertado para isso: apoio pedagógico, formação ampliada e assistência básica, conforme previsto na Deliberação do COEPEA , Artigo 1. Mencionaremos o PDE (PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTUDANTE) como parte da promoção da equidade no ambiente acadêmico por meio de ações específicas



para o atendimento à população estudantil com vulnerabilidade socioeconômica ou portadora de necessidades especiais, contando com os Subprogramas.

Por fim, traremos os resultados obtidos da análise dos Editais e da pesquisa dos Sistemas FURG, quantidade de alunos que permanecem na Universidade utilizando os benefícios estudantis. Os resultados mostram os motivos das desistências, de forma a nos ajudar a superar tais desistências no futuro. Essa discussão se faz importante pois é preciso pensarmos em estratégias que mudem a atual realidade.

## **METODOLOGIA**

Este trabalho recorreu aos dados quantitativos a fim de demonstrar que as ações afirmativas na FURG, através dos Processos Seletivos Específicos Indígenas e Quilombolas é uma parte ainda irrisória do contexto universitário. Nossa pesquisa foi realizada com base nos dados obtidos no Sistemas da FURG<sup>1</sup> e análise dos Editais Específicos Indígenas e Quilombolas.

Pretendemos demonstrar que ainda há um caminho a ser percorrido em relação às garantias dos direitos desses povos dentro da Universidade. Desse modo, realizamos análise dos Editais Específicos Indígenas e Quilombolas a partir do ano de 2020 até 2023, obtendo os dados de oferta de vagas, reoferta (nos casos que não haviam candidatos classificados), a fim de obter a quantidade de estudantes admitidos nessas 10 (dez) vagas anuais disponíveis. A partir da lista final de alunos convocados (observamos todas convocações) realizamos uma comparação com a Moradia Estudantil, obtendo o resultado de alunos que residem nas Casas dos Estudantes (CEUS) ou recebem algum tipo de auxílio por estarem matriculados na Universidade. Portanto, identificamos os alunos matriculados a partir de 2020 e questionamos os motivos das desistências.

<sup>1</sup> O Sistemas FURG compreende os sistemas informatizados de gestão da universidade, com áreas de acesso para estudantes, professores e técnicos. Disponível em <https://www.furg.br/perguntas-frequentes/perguntas-frequentes-sistemas>



Nesse sentido escolhemos a metodologia de análise quantitativa por concordar que: de maneira diversa, a pesquisa qualitativa não procura enumerar e/ ou medir os eventos estudados, nem emprega instrumental estatístico na análise dos dados. GODOY<sup>2</sup> contribui com a nossa pesquisa, de maneira que retrata os nossos objetivos neste trabalho: "Parte de questões ou focos de interesses amplos, que vão se definindo à medida que o estudo se desenvolve. Envolve a obtenção de dados descritivos sobre pessoas, lugares e processos interativos pelo contato direto do pesquisador com a situação estudada, procurando compreender os fenômenos segundo a perspectiva dos sujeitos, ou seja, dos participantes da situação em estudo".

## CAPÍTULO 1 - POLÍTICAS PÚBLICAS

A discussão sobre Políticas Públicas neste trabalho trata da responsabilidade oriunda das demandas sociais, bem como o papel da FURG em busca da promoção da equidade. Será feita uma breve explanação sobre Políticas Públicas.

O presente trabalho tem o objetivo de problematizar o desenvolvimento dos estudantes indígenas e quilombolas. As ações de Assistência Básica abrangem alimentação, moradia, transporte, pré-escola, etc. Trataremos especificamente da moradia estudantil, tendo em vista que, na FURG todos os alunos que residem nas Casas dos Estudantes são contemplados com alimentação, transporte e auxílio financeiro para custear parte de despesas mensais. A busca por soluções para os problemas encontrados na efetivação do direito dos indígenas e quilombolas vem acompanhada de dificuldades no acesso às próprias políticas públicas, sobretudo ao respeito pela diferença cultural.

Por isso, consideramos importante problematizar o caminho percorrido entre a inscrição e acesso aos programas estudantis específicos para que futuramente esse trabalho possa facilitar a entrada e permanência da na Universidade desse grupo, reduzindo o processo de desigualdade.

<sup>2</sup>Arlida Schmidt Godoy. "Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades". Em: *Revista de administração de empresas* 35 (1995), pp. 57–63.

Promoção:



Apoio:





## DEFINIÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

O Estado tem um papel importante no atendimento das demandas de interesse público, sobretudo no que diz respeito ao envolvimento com grupos vulneráveis, como é o caso dos indígenas e quilombolas. A partir disso, a FURG passou a se comprometer com questões sociais, desenvolvendo e fortalecendo as políticas públicas.

Os Processos Seletivos Específicos tem o fim de proporcionar equidade, de forma a facilitar o acesso à Universidade, e posterior acesso ao trabalho. Dessa forma, as políticas públicas voltadas às ações afirmativas tendem a atender as "demandas por reconhecimento cultural da cultura negra e afro-brasileira, e que esse tipo de reconhecimento cultural contribui para o trabalho de desmontagem de padrões culturais hegemônicos e excludentes que citamos aqui.<sup>3</sup>

Cabe analisarmos se os políticas públicas tem sido destinadas de forma correta aos indígenas e quilombolas, a fim de atingir o objetivo de entrar e permanecer na Universidade. O campo teórico das políticas públicas é baseado na busca de soluções para o enfrentamento, principalmente, da desigualdade social. A principal atribuição das políticas públicas é promover o bem comum da sociedade através do Estado. "E são as políticas públicas um conjunto de ações que objetivam resolver questões que afetam a sociedade."<sup>4</sup>

Portanto, as políticas públicas estão aliadas às decisões governamentais sobre problemas elencados na sociedade e visam sua resolução. Por isso, as políticas públicas se referem às ações, metas e planos dos governos, e cabe aos governos compreender e selecionar as demandas que merecem ser solucionadas, assim selecionará as prioridades para obter respostas pertinentes.

<sup>3</sup>FERES JUNIOR, João. (2006)

<sup>4</sup> MASCARIN, Maria Fernanda.. A necessidade de implementação de políticas públicas tributárias e crise econômica.

Promoção:



Apoio:





Atuando na direção do interesse público se estará chegando ao bem estar social.<sup>5</sup> Ou seja, o interesse público seleciona as prioridades que serão transformadas em ações, conforme segue: [...] a formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real.<sup>6</sup>

Uma vez que, a política pública está diretamente ligada ao poder social, e que se refere a soluções específicas, em como manejar assuntos de interesse comum, o Estado tem influência direta nas determinações que afetam os assuntos referentes a essas políticas, “assim a população deve mostrar interesse sobre os assuntos referentes e influenciar o poder público no planejamento das ações que devem ser realizadas”.<sup>7</sup>

Focar nos grupos indígenas e quilombolas é importante porque revê nossos conceitos trazidos até aqui na elaboração das atuais políticas públicas, ou seja, os governos produzem as políticas públicas. A análise das condições sociais e da desigualdade é parcial, tendo em vista a amplitude do contexto social. É importante se pensar em conjunto sobre desigualdade social e diferença, pois envolve relações de dominação que aumentam ainda mais as desigualdades.

O grande desafio da Universidade é desenhar políticas públicas que sejam capazes de impulsionar o desenvolvimento econômico e de promover a inclusão social desse grupo. Nesse sentido, a PRAE trabalha desenvolvendo mecanismos que tentam garantir a efetivação das políticas públicas.

É importante enxergar que dentro do contexto cultural, muitos indígenas e quilombolas foram recentemente introduzidos à possibilidade de fazer uma graduação. Ao mesmo tempo que, a possibilidade de conhecer outra cultura e ter novas oportunidades parece promissor, pode se tornar desafiador e até mesmo amedrontador. Essa obrigação de “buscar um futuro melhor” pode gerar muitos transtornos tanto para a saúde mental quanto física.

<sup>5</sup>Ana Cláudia Niedhardt Capella. “Formulação de políticas públicas”. Em: (2018).

<sup>6</sup>Celina Souza. “Políticas públicas: uma revisão da literatura”. Em: *Sociologias* (2006), pp. 20–45.

<sup>7</sup>MASCARIN, Maria Fernanda.. A necessidade de implementação de políticas públicas tributárias e crise econômica.

Promoção:



Apoio:





Por isso, cabe vislumbrarmos a necessidade de aumentar a capacidade dos indivíduos para enfrentar os atuais desafios do desenvolvimento, como inserção na Universidade, acolhimento, cursos e materiais de informática. O objetivo é obter um processo de crescimento inclusivo.

Fatos como esses nos trazem a importância dessas políticas se voltarem para a inserção e permanência desse grupo na Universidade, promovendo as condições necessárias para que eles possam estudar, ter alimentação, moradia, equipamentos de informática, livros, etc. As aldeias possui apenas itens básicos para a sobrevivência. Até mesmo esse deslocamento e ajuda de custo inicial precisam ser tratados com mais ênfase pela FURG. Grande parte dos indígenas e quilombolas são vulneráveis socioeconomicamente. A vulnerabilidade socioeconômica é uma combinação de fatores que degradam o bem-estar pessoal e social de diferentes formas e intensidades. Ela é causa e resultado de limitado acesso a recursos e poder político, econômico e social por parte de quem dela é afetado.<sup>8</sup>

<sup>8</sup>Oscar José Rover. “Obstáculos e exigências para a governança regional”. Em: *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional* 7.1 (2011)

P





## CAPÍTULO 2 - AÇÕES AFIRMATIVAS

Diante do atual debate sobre políticas públicas, é importante compreender a agregação das ações afirmativas no Brasil. CARLOS RODRIGUES Benedito da Silva<sup>10</sup> realiza explicação sobre como aconteceu a experiência inicial de intervenção do Estado. A legislação atuou para favorecer a integração de determinado segmento da população no ano de 1930 com a Lei dos Dois Terços. A dimensão racial já causava incômodo nos setores sociais, e depois de dois séculos nada mudou. Nesse contexto, podemos estabelecer que a política de imigração da República brasileira demonstrou que a dimensão racial era priorizada na formulação de políticas públicas. Nesse caso, mão de obra era predominantemente europeia, discriminando trabalhadores nativos. Para evitar que isso acontecesse, houve intermediação legislativa com o fim de garantir a participação majoritária de trabalhadores brasileiros.

Fato é que as ações afirmativas sofrem descrédito da população até hoje. Desconsiderando dessa maneira, todo o processo de injustiça histórica. CARLOS RODRIGUES afirma que o reconhecimento de injustiças históricas é relativamente novo para os brasileiros. Muitos ainda desconsideram a necessidade de políticas específicas. Por outro lado, que é crescente o espaço que vem conquistando, obtendo seu espaço profissional dentro da sociedade e do seu próprio povo, produzindo cada dia mais pesquisadores, ativistas dos movimentos.

Nesse caso, podemos observar que apenas eles mesmos podem falar por si e definirem os seus rumos: "a novidade em percebermos ativistas do movimento negro, homens, mulheres, quilombolas, entre outros e outras, reivindicando o protagonismo de suas histórias", ou seja, novo ainda, aos olhos da sociedade brasileira, a presença de um número já significativo pela qualidade, mas ainda crescente, de intelectuais negras e negros, produzindo conhecimento sobre si mesmo e sobre os vários aspectos da vida sociocultural brasileira, associando concepções teóricas com experiências do cotidiano".<sup>11</sup>

<sup>10</sup>Carlos Benedito Rodrigues da Silva. "Ações Afirmativas: uma proposta de superação do racismo e das desigualdades". Em: *Revista de Políticas Públicas* 14.1 (2010), pp. 67–76.

<sup>11</sup>Ibid. *Gestão e Desenvolvimento Regional* 7.1 (2011)

Promoção:



Apoio:





Vale mencionar a presente mas silenciosa "dívida histórica", ou seja, os inúmeros africanos escravizados que contribuíram para o enriquecimento das elites coloniais, cujos descendentes permanecem ocupando os lugares privilegiados na sociedade brasileira. A impressão que temos é que nenhum trabalho é o suficiente para igualarmos a situação, sempre falta alguma coisa. Enquanto não houver reconhecimento desses empecilhos que afetam diretamente esses grupos, "a elaboração e implementação de políticas de promoção da igualdade racial significam o reconhecimento pelo Estado brasileiro, de que o racismo é um dos principais elementos de entrave às oportunidades de acesso ao trabalho, a condições dignas de moradia, saúde e educação".<sup>12</sup>

Com o intuito de tornar essa luta justa, a FURG pensou no processo seletivo específico para indígenas e quilombolas. Nessa perspectiva, CARLOS RODRIGUES pensa que "a adoção de ações afirmativas pelo Estado, além de reparar danos atuais e prestar contas com a história, promove a inclusão, a integração e o convívio entre os diferentes, firmando um compromisso do Estado com a valorização efetiva da diversidade e da pluralidade". Ao mesmo tempo, "há uma tensão, ou mesmo um paradoxo, nessa interpretação, que diz respeito à formação da cultura societal brasileira (...) comunidade que se abre à participação dos grupos marginalizados no processo se define de modo a ressaltar o mito das três raças, fundamental na ideologia da democracia racial. A Constituição nomeia indígenas e afro-brasileiros explicitamente".<sup>13</sup>

Na Universidade Federal do Rio Grande - FURG, os Processos Seletivos são elaborados pela COPERSE (Comissão Permanente de Processo Seletivo) lotada na Pró-Reitoria de Graduação da FURG. Os cursos são definidos em reunião com as lideranças, os próprios representantes definem os cursos essenciais. Realizamos o levantamento de todos aprovados em cada processo seletivo e posteriormente verificamos se permanecem nas CEUS. Podemos verificar a solicitação dos seguintes cursos:

<sup>12</sup>Ibid.

<sup>13</sup>João Feres Júnior e Luiz Augusto Campos. "Ação afirmativa no Brasil: multiculturalismo ou justiça social?" Em: *Lua nova: Revista de cultura e política* (2016), pp. 257–293.



## ANÁLISE DOS PROCESSOS SELETIVOS INDÍGENAS DE 2020 A 2023

Em 2020 foram ofertados os seguintes cursos: Administração (1), Artes Visuais (1), Direito (2), Educação Física (1), Enfermagem (1), Gestão Ambiental (1), História (1), Medicina (1) e Psicologia (1). Em todos os anos foram disponibilizadas 10 vagas, ou seja, um valor irrisório se comparado ao total de vagas da Universidade. Porém são vagas realmente importantes para a manutenção da cultura indígena e reconhecimento da dívida histórica com os povos indígenas. O curso de gestão ambiental e artes visuais não teve as vagas preenchidas, e por conta disso houve uma chamada complementar. O curso de Gestão ambiental não teve candidatos.

Em 2021 foram ofertados os seguintes cursos: Administração (1), Engenharia de Alimentos (1), Direito (2), Educação Física (1), Enfermagem (1), Engenharia Civil (1), História (1), Medicina (1) e Psicologia (1). Podemos perceber que os cursos que não tiveram vagas ocupadas foram suprimidos, e acrescentado no lugar os cursos de engenharia civil e engenharia de alimentos. Porém, em Engenharia Civil não houve candidato classificado.

Em 2022 foram ofertados os seguintes cursos: Administração (1), Gestão Ambiental (1), Direito (2), Educação Física (1), Enfermagem (1), Biologia (1), História (1), Medicina (1) e Psicologia (1).

A partir de 2022 passou a ter convocação para entrevista dos indígenas a ser realizada por uma comissão especial. Houve edital de reoferta para as três vagas que não foram preenchidas dos seguintes cursos: Administração, História Licenciatura e Gestão Ambiental. No curso de História não houveram interessados.

Em 2023 foram ofertados os seguintes cursos: Administração (1), Economia (1), Direito (2), Educação Física (1), Enfermagem (1), Biologia (1), História (1), Medicina (1) e Matemática Licenciatura (1). Nesse Processo houve reoferta de vagas por não ter candidatos classificados nos cursos de Administração, Matemática Licenciatura, Economia e Biologia, mas só houve inscritos para esse último curso. Considerando a lista convocatória de aprovação e seguintes chamamentos foram apenas 6 matriculados



## **ANÁLISE DOS PROCESSOS SELETIVOS QUILOMBOLAS DE 2020 A 2023**

Em 2020 foram ofertados os seguintes cursos: Agroecologia (1), Biologia (1), Ciências Contábeis (1), Direito (1), Educação Física (1), Enfermagem (1), Engenharia Civil (1), Medicina (1), Pedagogia (1) e Psicologia (1). Em 2020 havia a necessidade de preenchimento de Modelo de declaração de pertencimento étnico. Neste Processo Seletivo todas as vagas foram preenchidas.

Em 2023 foram ofertados os seguintes cursos: Administração (1), Gestão de Cooperativas (1), Direito (2), Educação Física (1), Enfermagem (1), Engenharia Civil (1), Medicina (1), Pedagogia (1) e Psicologia (1). Também possuem entrevistas e há uma composição prévia para entrevistas do Processo Seletivo, não houve reoferta para Gestão nem segundo chamamento.

Em 2022 foram ofertados os seguintes cursos: Administração (1), Ciências Contábeis (1), História (1), Direito (1), Educação Física (1), Enfermagem (1), Engenharia Civil (1), Medicina (1), Pedagogia (1) e Psicologia (1). Educação Física e Administração não tiveram classificados, por conta disso houve edital de reoferta de vagas. Não houve nenhum candidato na reoferta para o curso de Educação Física.

Em 2021 foram ofertados os seguintes cursos: Agroecologia (1), Ciências Contábeis (1), Biologia (1), Direito (1), Educação Física (1), Enfermagem (1), Engenharia Civil (1), Medicina (1), Pedagogia (1) e Psicologia (1). Educação Física e Agroecologia não tiveram classificados.

## **QUESTIONAMENTOS**

Questionamos sobre o alcance dos editais, ou seja, a matrícula e envio de documentos comprobatórios ocorre de maneira on-line. O questionamento é referente aos editais chegarem em quem deveria? Será que todos indígenas que querem cursar a Universidade possuem acesso à internet e computador? Será que não deveríamos ir até as aldeias e realizar essa inscrição após um curso que explicasse o básico sobre a Universidade? O processo seletivo trata de prova de redação e 15 (quinze) questões objetivas de Português. As provas acontecem em 04 municípios do Estado, de forma que, cada aldeia realiza a prova no local mais próximo da sua morada.

Promoção:



Apoio:





Nosso questionamento nesse caso é referente à prova de língua portuguesa, pois, nem sempre a língua materna de determinada aldeia é o português. Além disso convém tratar do desgaste dos candidatos a irem de ônibus até os locais de provas. Alguns passam o dia viajando para poder fazer as provas. Por fim, após o resultado final, os candidatos precisam preencher um modelo de declaração de pertencimento étnico. Essa declaração de pertencimento à comunidade deve ser assinada pelo cacique e duas lideranças.

Alguns alunos aprovados em 2020, refizeram a prova em 2021 e foram aprovados em outro curso, ou seja, aquela vaga ficou desocupada, nesse caso não deveria ser reaberta a vaga no próximo processo? Podemos constatar várias desistências femininas após a aprovação, e muitas vezes um homem acabava se colocando na vaga, não sabemos até que ponto as mulheres são obrigadas a se retirarem do processo, sem contar que muitas vezes são casadas, ou tem filhos e isso dificulta a decisão de sair da aldeia.

Por fim, cabe compreendermos que “Esse patrimônio da humanidade possui especificidades à época, ao lugar, à história em que foi produzido. Isso significa que . Isso significa que é sempre contextualizado e determinado por intenções e necessidades humanas.”<sup>14</sup> Para existir a evolução precisa existir equidade, aperfeiçoar políticas públicas de alcance amplo, salientando a importância da sociedade civil e do Estado.

## CAPÍTULO 3 - DA MATRÍCULA À PERMANÊNCIA NA UNIVERSIDADE

### UTILIZAÇÃO DOS BENEFÍCIOS

A promoção do desenvolvimento pleno do estudante universitário regularmente matriculado na Universidade Federal do Rio Grande, em cursos de graduação ou de pós-graduação, contempla o apoio pedagógico, a formação ampliada e a assistência básica, é prevista na Deliberação do COEPEA , Artigo 1.

<sup>14</sup> João Luiz Gasparin. *Uma didática para a pedagogia histórico-crítica*. Autores Associados, 2020.



O PDE (Programa de Desenvolvimento do Estudante) se estrutura em 03 Subprogramas: o Subprograma de Apoio Pedagógico, o Subprograma de Formação Ampliada e o Subprograma de Assistência Básica. Através deles os estudantes obtêm a promoção da equidade no ambiente acadêmico por meio de ações específicas para o atendimento à população estudantil com vulnerabilidade socioeconômica ou portadora de necessidades especiais.

O Subprograma de Apoio Pedagógico trata do desempenho acadêmico do estudante. O processo educativo é analisado a partir das demandas dos estudantes e é ofertado o suporte. O Subprograma de Formação Ampliada trabalha através do incentivo à participação em atividades de ensino, pesquisa, extensão, representação estudantil, cultura e esporte. Responde pelas bolsas e auxílios. E por fim, o Subprograma de Assistência Básica executa e controla os benefícios nas modalidades de alimentação, moradia e transporte, após o deferimento dos mesmos. Também realiza a análise dos pedidos de benefícios através do estudo da situação socioeconômica, deferindo ou indeferindo cada uma delas.

Os indígenas e os quilombolas são atendidos diretamente por esse Subprograma, mais especificamente a CAAF - Coordenação de Ações Afirmativas. Ela responde pela promoção de políticas públicas que reduzam a desigualdade no contexto universitário. Na prática os estudantes indígenas e quilombolas mantêm contato direto e constante com uma pedagoga dessa Coordenação, facilitando, dessa forma, o acesso e a retirada de dúvidas sobre o ingresso, o acesso aos benefícios, à moradia estudantil, normas internas, dentre outros.

Dessa forma, os Editais específicos para Indígenas e Quilombolas são de responsabilidade da COPERSE – Comissão Permanente do Processo Seletivo, lotada na Pró-Reitoria de Graduação – PROGRAD. Para esses processos há a garantia de vagas para todos os estudantes aprovados. Legalmente, considera-se remanescente quilombola: “os grupos étnico-raciais, cuja caracterização é atestada mediante autodeclaração e confirmação das lideranças da comunidade inscrita no cadastro geral junto à Fundação Palmares” e considera-se indígena aldeado: “todo indivíduo pertencente a um grupo étnico cujas características culturais o distinguem da sociedade nacional, cuja caracterização é atestada mediante autodeclaração e confirmação das lideranças da comunidade junto à FUNAI”. (EDITAL COPERSE INDIGENAS, 2022. p. 01)<sup>15</sup>

<sup>15</sup> Disponível em: <https://coperse.furg.br/>



No Artigo 5º do referido dispositivo são previstos os tipos de ações de assistência básica: alimentação, moradia, transporte, pré-escola, permanência e necessidades especiais, considerando as demandas dos estudantes, além da previsão de que essas ações serão operacionalizadas por meio de editais específicos para cada finalidade pela PRAE.

## ASSISTÊNCIA BÁSICA DA FURG

Dessa forma, as ações de Assistência Básica da FURG definem os auxílios destinados aos alunos:

**Transporte** - Os passes escolares são concedidos aos estudantes através da inserção de créditos para o transporte coletivo (não excedendo 40 passes), de acordo com sua grade de horários

**Alimentação** - Os estudantes podem se alimentar nos Restaurantes Universitários - RUs. Todo aluno pode comer a um preço considerado relativamente baixo, bastando apenas estar matriculado. No entanto, ele pode solicitar um benefício parcial ou integral se assim o necessitar, bastando comprovar situação de vulnerabilidade social.

**Auxílio permanência** - Concessão de auxílio financeiro aos estudantes, sobretudo aos estudantes quilombolas e indígenas e em situação de vulnerabilidade, e assim contribuir para a permanência e a conclusão do curso dos estudantes beneficiados. O recurso é pago diretamente aos estudantes de graduação por meio de um cartão de benefício.

**Auxílio Pré-Escola** - Diz respeito a um auxílio financeiro mensal, durante o período letivo, para os estudantes que têm filhos menores de 6 (seis) anos e que comprovem a necessidade de deixá-los aos cuidados de uma instituição de Educação Infantil, no período em que estiverem cumprindo atividades acadêmicas.

**Moradia Estudantil** - Essa política é destinada aos estudantes oriundos de outros municípios, ou de áreas de difícil acesso mediante comprovação de residência e vulnerabilidade socioeconômica. O deferimento nesse edital garante vaga em um apartamento da Casa do Estudante Universitário, popularmente chamada CEUs, até a conclusão da graduação. No entanto, os indígenas e quilombolas possuem garantia de vaga nas CEUS.

Promoção:



Apoio:





Moradia Pecuniário - Concede aos estudantes recurso financeiro para custear uma moradia. É comum que os estudantes indígenas e quilombolas solicitem esse tipo de benefício por conta dos familiares que se deslocam para residir com eles. Eles percorrem o caminho de mudança entre aldeias e Universidade e passam a residir em casas coletivas.

Consideramos esse processo de mudança particularmente difícil para eles. Por conta disso, realizamos o levantamento a partir de 2020 da quantidade de estudantes matriculados e quantidade de estudantes que efetivamente permanecem matriculados utilizando dos direitos que a Universidade lhes propõe.

Neste cenário, é importante que políticas entendam as necessidades desses indivíduos, e passem a implantar estratégias que garantam que esse grupo possuam oportunidades de garantir os seus direitos.

## RESULTADO DA ANÁLISE DE DADOS

O Processo Seletivo Específico para Indígenas ofertou 10 vagas em todos os anos. Após levantamento detalhado dos Editais, chamamentos, reoferta de vagas (nos casos de não preenchimento de vagas), podemos observar que:

Em 2023, tivemos apenas 04 estudantes regularmente matriculados que ainda permanecem na Universidade. Algumas vagas sequer foram ocupadas, e dois estudantes foram desligados por abandono.

Em 2022, das 10 vagas, apenas 02 estudantes permanecem regularmente matriculados. As outras situações se dividem em "afastado por legislação", quando se trata de estudantes que possuem impedimentos anteriores, como nos casos de segunda graduação. O restante se dividem nas seguintes situações: desligado por abandono ou desligado a pedido. Os cursos de Administração e História não tiveram classificados.

Em 2021, das 10 vagas ofertadas, apenas 05 candidatos foram regularmente matriculados. Em relação ao restante, um sequer efetuou a matrícula, dois foram desligados a pedido, e um estudante foi desligado por abandono. O curso de Engenharia Civil não obteve nenhum candidato classificado.

Promoção:



Apoio:





Em 2020, das 10 vagas, uma não foi preenchida por falta de candidatos. Porém, 8 alunos foram matriculados e permanecem na Universidade até hoje. Um deles trocou de curso, e um deles foi desligado por abandono.

Portanto, podemos verificar que, das 40 vagas ofertadas apenas 19 estudantes permanecem regularmente matriculados, usufruindo dos benefícios da Universidade. Isso mostra 47,5% de sucesso no plano das ações afirmativas. Deve-se estudar os motivos pelos quais os demais estudantes desistiram, mas isso demonstra que, mesmo em passos lentos, a Universidade passa a ser plural e para todos.

Processo Seletivo Específico para Quilombolas ofertou 10 vagas em todos os anos. Após levantamento detalhado dos Editais, chamamentos, reoferta de vagas (nos casos de não preenchimento de vagas), podemos observar que:

Em 2023, 8 das 10 vagas tiveram alunos matriculados usufruindo dos benefícios da FURG, no entanto, houve um desligamento por abandono, e um curso não teve candidatos.

Em 2022, 05 das 10 vagas foram ocupadas, houve 03 desligamentos por abandono ou a pedido, e um desligamento por não comparecer à matrícula. Um dos cursos não apresentou candidatos.

Em 2021, 05 das 10 vagas foram ocupadas. 01 estudante realizou mudança de curso, 03 foram desligados por abandono. Um dos cursos não apresentou candidatos.

Em 2020, todos os cursos tiveram candidatos, no entanto 07 estudantes foram regularmente matriculados e ainda estão na Universidade. Fato curioso é que dois dos estudantes que foram desligado por abandono entraram em três outros processos seletivos, mas acabaram desistindo também. E uma das estudantes matriculadas já havia entrado na Universidade e foi desligada anteriormente por abandono.

Dessa maneira, podemos constatar que, das 40 vagas ofertadas apenas 25 estudantes permanecem regularmente matriculados, usufruindo dos benefícios da Universidade. Isso mostra 62,5% de sucesso no plano das ações afirmativas. Um número bem maior se comparado às matrículas indígenas. No entanto, devemos procurar compreender os motivos das desistências e superá-los para atingir os objetivos das políticas de ação afirmativas. Trazer à tona essa discussão se justifica pelo fato de que é importante assegurar os direitos dos

Promoção:



Apoio:





indígenas e quilombolas e pensarmos em estratégias que atendam especificamente esse grupo, além de mudar a realidade através de novos programas se os resultados se mostrarem necessários.

Ratificamos a importância de um ordenamento que abranja exclusivamente o direito dos indígenas e quilombolas, para caminhar conjuntamente com as leis já existentes. Algumas medidas são tratadas como prioritárias, como por exemplo o apoio à equipamentos de informática, acesso à internet, divulgação dos processos seletivos mais ampla, etc. Devemos colocar como prioridade a inserção dos indígenas e quilombolas no meio Universitário. Tendo em vista, as dificuldades de acesso ao mundo eletrônico, seja por desconhecimento ou pela vulnerabilidade social e distância até os meios de acesso. Dessa forma, cabe pensar em soluções que atentem o acesso de tais meios.

Promoção:



Apoio:





## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo procurou refletir sobre as intervenções que se fazem necessárias para os indígenas e quilombolas a partir do momento que almejam adentrar na Universidade. As vivências experimentadas por nós, demonstra a dificuldade das minorias em permanecer nos lugares que almejam, principalmente por falta de proteção efetiva do Estado. A falta de apoio dos seus familiares, ou questões de gênero também influenciam no desligamento dos alunos.

O apoio do Estado na promoção de políticas públicas, juntamente da sociedade civil, e o apoio do convívio familiar promove uma rede de proteção infalível quando se trata da plenitude dos direitos humanos para as minorias.

Abordamos nas linhas precedentes alguns instrumentos já existentes para a efetivação desses direitos e relevantes para a prossecução das políticas públicas, sobretudo concernentes à vulnerabilidades sociais e de permanência na Universidade. A integração destas políticas possibilita a alteração do paradigma tradicional, e pretendemos futuramente um projeto com mais integrantes indígenas e quilombolas no meio universitário.

A discussão sobre Políticas Públicas é uma forma de obter entendimento sobre o significado da responsabilidade oriunda das demandas sociais, e define o papel das instituições públicas através da criação de políticas. O entendimento sobre ações afirmativas e o que elas representam nos permite enxergar os acontecimentos de forma mais realista.

A problematização sobre a permanência dos indígenas e quilombolas é fato que vem sendo contestado e para muitas pessoas é injusto, então passam a ver como regalia e não direito. Isso aumenta ainda mais a dificuldade desses grupos em garantirem seus direitos. Através da identificação das dificuldades no acesso às próprias políticas públicas podemos desmitificar o pensamento da população em geral.

Ratificamos o poder das políticas públicas na estrutura e definição dos eixos de intervenção do Estado, na redução da desigualdade. Por fim, para existir a evolução precisa de crescimento econômico com avanços sociais, aperfeiçoamento de políticas públicas de amplo alcance apoio da sociedade civil e do Estado e respeito às mais variadas culturas.

Promoção:



Apoio:





Mencionamos os resultados obtidos através de um esforço coletivo que conduz para melhorias a longo prazo, de forma a permitir acesso à Universidade. Por fim, falamos sobre a necessidade de inserir os indígenas e quilombolas em seus direitos através do acesso ao mundo eletrônico para combater a vulnerabilidade social.

## REFERÊNCIAS

Capella, Ana Cláudia Niedhardt. “Formulação de políticas públicas”. Em: (2018).

EUROPEIA, A COMISSÃO. “Recomendação da Comissão”. Em: *sistema* 50.9/10 (2010).

Feres Júnior, João e Luiz Augusto Campos. “Ação afirmativa no Brasil: multiculturalismo ou justiça social?” Em: *Lua nova: Revista de cultura e política* (2016), pp. 257–293.

Gasparin, João Luiz. *Uma didática para a pedagogia histórico-crítica*. Autores Associados, 2020.

Godoy, Arlida Schmidt. “Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades”. Em: *Revista de administração de empresas* 35 (1995), pp. 57–63.

MASCARIN, MARIA FERNANDA. “A NECESSIDADE DE IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS TRIBUTÁRIAS E CRISE ECONÔMICA”. Em: ()

Rover, Oscar José. “Obstáculos e exigências para a governança regional”. Em: *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional* 7.1 (2011).

Silva, Carlos Benedito Rodrigues da. “Ações Afirmativas: uma proposta de superação do racismo e das desigualdades”. Em: *Revista de Políticas Públicas* 14.1 (2010), pp. 67–76.

P





Souza, Celina. “Políticas públicas: uma revisão da literatura”. Em: *Sociologias* (2006), pp. 20–45.

Promoção:



Apoio:



